

Volta ao Brasil Velho

No enérgico discurso com que abriu a reunião ministerial da semana passada, o presidente Fernando Collor de Mello afirmou que o governo “está convencido de sua capacidade de liderar a Nação na luta para alterar os aspectos negativos da nossa realidade” e acredita “em sua capacidade de tomar atitudes que consolidem e mantenham a confiança dos brasileiros em si próprios, nas instituições e no futuro desta nação”.

Alguns dos “aspectos negativos” mencionados no discurso estão sendo combatidos com determinação pelo governo, que vem reduzindo o tamanho e o poder regulador do Estado, para dar maior liberdade de ação aos agentes econômicos, e eliminando os véus protecionistas que desestimulam a busca da eficiência, para dar maior competitividade às empresas brasileiras. Isso, de fato, fortalece a confiança dos brasileiros no futuro.

Mas há outras atitudes do governo que em nada contribuem para “consolidar e manter a confiança dos brasileiros em si próprios”, o que, evidentemente, é a primeira de todas as condições para que o Plano Brasil Novo tenha o resultado que se espera.

O tratamento que o governo vem dispensando aos empresários em geral — transformados no grande bode expiatório do malogro relativo da luta contra a inflação — e aos seus credores em particular, por exemplo, contraria frontalmente aquela diretriz modernizadora e assinala uma perigosa volta ao passado.

Agora também os credores internos estão sendo convidados a aceitar uma renegociação dos pagamentos a que têm direito em tudo semelhante à que foi proposta aos credores externos, ou seja, que empurra para uma data distante a maior parte desses pagamentos, inclusive os atrasados.

Na base da proposta do governo está o mesmo “novo conceito de capacidade de pagamento”, de acordo com o qual a eles, credores, caberá uma parcela do que sobrar depois que o governo definir quanto deverá gastar cada ano.

Na realidade não há nada de realmente novo nesse “conceito de capacidade de pagamento” que já estava na base, tanto no slogan cunhado por Tancredo Neves, **não vamos pagar a dívida com a fome do nosso povo**, quanto da política de Dílson Funaro em relação à dívida externa.

Diante das imensas carências sociais do Brasil é fácil imaginar que qualquer pagamento futuro será feito “com a fome do povo brasileiro”, o que fará que qualquer burocrata possa dizer amanhã que a capacidade de pagamento é igual a zero.

O governo, aliás, já vem negociando sua dívida interna na base do “pagarei quando puder”, com prazos maiores e juros menores, ou o deságio puro e simples. Calcula-se que, no caso da dívida de US\$ 4 bilhões da Siderbrás, a renegociação acertada na semana passada resultará em um desconto de no mínimo 30%, pois os juros serão fixos e abaixo dos praticados no mercado. Os juros vencidos e não pagos, que atingem Cr\$ 230 bilhões, serão capitalizados. A dívida total será paga em dez anos, mas nos três primeiros não haverá nenhum pagamento.

No caso da dívida externa, o negociador oficial, embaixador Jório Dauster, diz-se disposto a discutir as propostas que os representantes dos credores lhe farão, mas insiste em que o governo brasileiro não abrirá mão do conceito de “capacidade de pagamento”, o que faz supor negociações demoradas, caso os bancos não as suspendam por causa da intransigência brasileira.

A dívida externa não é obstáculo ao desenvolvimento, mas poderá tornar-se, caso não seja negociada de maneira conveniente. Se continuarmos sem pagar os credores, como observou o senador Roberto Campos em artigo publicado domingo pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, serão reduzidos os créditos de curto prazo necessários ao comércio exterior, não haverá empréstimos externos, os capitais de risco não virão ao País, ocorrerá fuga de capitais e cairá a credibilidade do Brasil no Exterior, o que encarecerá a dívida. “Não é toa que os países que fizeram algum sacrifício para regularizar sua dívida externa — México e Chile, na América Latina, Coreia e Tailândia, no Oriente — tenham sido recompensados com a reestruturação de seu potencial de crescimento. E os caloteiros vocacionais — Brasil, Argentina e Peru — chafurdam na estagnação”, escreveu Campos.

Afugentar o capital externo e intimidar o capital interno — como fazem os economistas da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello — não é a maneira mais inteligente de apressar a entrada do País no Primeiro Mundo.